

“EU”, “NÓS”, “ELES”: UM TRIÂNGULO DE IN(EX)CLUSÕES

Dirceu Cleber CONDE*

RESUMO: *É próprio do sujeito-enunciador, dentro de um mesmo texto (escrito ou oral), alternar sua auto-referência por meio de marcas da primeira pessoa do singular e da primeira pessoa do plural, ou ainda se “esconder” na terceira pessoa. Normalmente, esse tipo de prática parece falta de domínio da linguagem formal em textos escritos, que pressupõe uma uniformidade desse tipo de referência. Em nossa pesquisa, tal prática não se traduz em inabilidade, mas em uma práxis enunciativa própria do sujeito fragmentado, ou seja, é próprio dele haver descontinuidades enunciativas. E esse tipo de prática é encontrada em qualquer tipologia textual, no entanto, iremos nos ater a peças produzidas em situação de exame vestibular, exemplificando, com bastante riqueza, o fenômeno.*

Palavras-chave: discurso; sujeito enunciador; descontinuidade enunciativa; exclusão;

Introdução

É muito comum observar em textos de diferentes tipologias uma alternância entre as referências ao enunciador, no que diz respeito ao que tradicionalmente se convencionou chamar de “pessoas do discurso”.

Neste trabalho, pretendo analisar como um mesmo sujeito-enunciador se comporta utilizando-se da referência às três formas clássicas de se ver o enunciador no texto escrito, ou seja, quando o sujeito-enunciador se referencia como *primeira pessoa do singular* (1ps), quando referencia a *primeira pessoa do plural* (1pp) e finalmente quando não se referencia, ou seja, quando se trata da *terceira pessoa*, ou melhor, da *não-pessoa* (3pnp), em um mesmo texto, produzindo o fenômeno de descontinuidade enunciativa pela alternância. Assim, estarei observando como ocorrem essas descontinuidades em 10 (dez) textos selecionados aleatoriamente entre um conjunto de 203 (duzentos e três)¹ para ilustrar o fenômeno. Os textos selecionados servem como amostra daquilo que pode ocorrer no restante do conjunto e sua escolha aleatória tem o objetivo da imparcialidade diante dos dados, embora reconheça – através de um trocadilho – que a “imparcialidade é parcial”, e isso é demonstrado através da

* Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul. Doutor em Lingüística pela Universidade Estadual de Londrina. conde@net21.com.br

¹ Trata-se do corpus do meu projeto de tese de doutorado em andamento na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

própria escolha do *corpus*. Embora tenha dito anteriormente que o fenômeno descrito seja comum em diferentes gêneros textuais, escolhi as redações de vestibulandos por entender que essas produções textuais são realizadas por um público entre 17 e 25 anos, muitas vezes recém saídos do ensino médio e que pela afetação de diferentes formações discursivas (FDs) podem revelar preconceitos, tendências políticas, religiosas, entre outras, com mais facilidade do que textos jornalísticos ou científicos, por exemplo.

Este trabalho, em específico, está inserido nas linhas de pesquisa “Discurso Didático” do grupo de pesquisa “A construção da diferença pelo discurso: procedimentos enunciativos de exclusão”, sediado na Universidade Estadual de Londrina, estado do Paraná.

Fundamentação teórica

Antes de prosseguir, cabe fazer um esclarecimento de ordem teórica e metodológica quanto à terminologia e à compreensão do fenômeno, no que diz respeito ao uso do termo *sujeito-enunciador*. Primeiramente, os sujeitos da pesquisa são candidatos do vestibular 2003 da FAFIJAN (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul - Paraná), são autores desconhecidos, identificados em seus textos por um número de inscrição e cuja imagem se estereotipa para quem lê, pois se instaura uma idéia mediana de quem possa ser o autor das redações – é claro que nesse caso a “função-autor”, conforme Foucault (1992), deve ser apagada, justamente, por questões jurídicas. Por outro lado, esse mesmo indivíduo tem história e memória, sobre o que será abordado, ou seja, pressupõe-se que ele, de alguma maneira, já o vivenciou. Por outro lado, esse sujeito empírico não coincide com o suposto “eu” que surge ou se esconde no texto, embora este dependa daquele para existir. Assim, o candidato Fulano de Tal produz um texto, no qual se identifica como um “eu” que opina, ou um “eu” que opina por um “nós”, ou ainda um “eu” que opina pela não-pessoa. Ao aporte que o sujeito empírico faz ao “eu”, “nós” ou “não-pessoa” no texto, chamarei de referência ao sujeito-enunciador, pela não coincidência entre função-autor (cujo autor é pressuposto e estereotipado, jamais conhecido).

As noções de 1ps, 1pp e 3pnp estão baseadas em Benveniste (1995) e Indursky (1997). É claro que, para o Benveniste (1995), a noção de pessoa é pautada em um estruturalismo idealista, o que não invalida, em uma primeira instância, a compreensão dos sujeitos em suas posições discursivas e Indursky (1997), ao analisar a posição dos sujeitos presidenciais do período da ditadura brasileira (1964-1984), remete a Benveniste e sobre essa referência reflete através das ferramentas da AD.

As questões que permeiam esta reflexão sobre o fenômeno da alternância são as seguintes: 1) O que há nesses textos que poderiam provocar o registro alternante das pessoas referentes ao sujeito-enunciador? 2) Quais os efeitos de sentido das interrupções/alternâncias? 3) Quais os processos de exclusão resultantes desse procedimento discursivo?

Para responder a essas questões, baseei-me em concepções fundamentais para a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD) e busquei aplicar um instrumental de análise e comparações entre os textos em que observo alguns movimentos das alternâncias que demonstram certa regularidade e que essa regularidade na alternância se inscreve em formações discursivas.

Texto, enunciado e dialogia

Ferreira (2001) em seu *Glossário de Termos do Discurso*, dá a seguinte definição de texto:

Unidade de análise do discurso que, enquanto tal, é uma superfície lingüística fechada em si mesma (tem começo, meio e fim). É um objeto empírico, inacabado, complexo de significação; lugar de jogo de sentidos do trabalho da linguagem, do funcionamento da discursividade. (p. 23)

O texto, tomado como superfície, projeta sons, formas, cores, ruídos dispersos que são agrupados e reagrupados sob forma de controles discursivos. Os enunciatários desenvolvem um jogo em que, juntamente com o enunciador, são sujeitos significadores, co-participantes da produção de sentido (BAKHTIN, 1997, inaugura essa problemática do ponto de vista ideológico e discursivo). É isso um dos fatores determinantes da incompletude do texto, sua complexidade, e a existência do discurso, conforme Gregolin:

As práticas sociais de textualização, correntes em certa época e em certa cultura, estão cristalizadas em formas textuais. Essa formalização faz com que o texto, do ponto de vista de sua realidade empírica, seja um objeto com começo meio e fim; no entanto, como afirma Orlandi (1996), enquanto discurso, ele é marcado pela *incompletude*, pois relaciona-se com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer). (2001, p. 63-64)

Gosto de evocar Bakhtin para justificar ainda um outro aspecto: é através do texto que o homem se dá a conhecer:

O texto (oral ou escrito) como dado primário de todas essas disciplinas [lingüística, filologia, literatura], e, de um modo mais geral, de qualquer pensamento filosófico-humanista (que inclui o pensamento religioso e filosófico em suas origens), o texto representa uma realidade imediata (do pensamento e da emoção) a única capaz de gerar essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento. (BAKHTIN, 1997, p. 329)

Não só o texto é o *corpus* de análise para quaisquer disciplinas no âmbito da humanidade, como ele próprio é o que explica esse *corpus*. É claro que a visão sobre a materialidade não é simplista. Primeiramente, trata-se de uma materialidade complexa e incompleta.

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso (...) (*idem*, p. 290)

Complexa, porque diferentemente do que se supunha no esquema comunicacional de Jakobson (1988), o “receptor” não é passivo, ou seja, ambos os atores da cena enunciativa são ativos no processo; incompleta, porque a própria atitude responsiva ativa dos interlocutores prevê que a memória de ambos os entes está em constante atividade criando e recriando símbolos simultaneamente. É por isso que Foucault, ao falar de discurso, enxerga no texto uma “dispersão”:

(...) ele [o discurso] não é material; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação de coexistência, dispersão, recorte, acumulação seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2001, p. 57-58)

O efeito que nasce na “dispersão material” é compreendido quando aquilo que Foucault (2002, p. 123) chamou de *performance verbal* se organiza em *enunciado*. No entanto,

O enunciado não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. (*idem* p.125)

Ora, o enunciado só é possível de acordo com as condições de produção, logo, um texto é produzido ou tem significado se tomado como enunciado, se compreendido como uma série de signos com existência.

Nessa perspectiva, o produto *redação de vestibular* é um enunciado nessas condições: de um sujeito que responde a uma provocação (proposta de redação), através de um texto composto de materialidade e dispersão e que dialoga com o texto proposto, e dialoga com uma banca avaliadora, e

dialoga com sua(s) memória(s). Aqui, o diálogo não deve ser visto sob a leitura romantizada feita erroneamente sobre a obra de Bakhtin (1979). É necessário converter essa noção de diálogo em uma compreensão estendida de interação, lembrando que, na situação de vestibular, pesa aquilo que Foucault (2001) chama de “relação de poder e de saber”, ou seja, é com base nisso que a banca se coloca na condição de estipular um tema e uma determinada tipologia, desconhecidos do sujeito-vestibulando. Haveria um diálogo, no sentido bakhtiniano, em que o “poderoso” e o “tutelado” dizem aquilo que a formação discursiva permite (às vezes o que não permite – e isso gera graves conseqüências), ou seja, a voz do outro não passaria sem ser percebida e sem ser, de alguma forma respondida, inclusive com o seu abafamento, com a sua memória esquecida e sua identidade apagada.

Quero abrir um parêntese: já que abordei a questão do diálogo travado com o texto, vejo oportuno citar as condições de produção do texto dos vestibulandos. O comando para a produção do texto dissertativo foi o seguinte:

Refletindo sobre as idéias contidas no Texto I, pág. 5, e no quadro acima, redija uma *Dissertação*, defendendo uma posição quanto ao seguinte tema: “*A Política de Cotas para Negros, nas Univerdades, ajudaria resolver o problemas da exclusão educacional no Brasil?*” (anexo 1).

Para escrita da redação, o vestibulando teve de ler dois textos de apoio que traziam opiniões divergentes sobre o assunto “cota de vagas nas universidades para negros”. Esse tema foi muito importante para a produtividade das alternâncias, uma vez que, quando se trata de temas raciais, as diferenças e as exclusões são mais sutis sem, no entanto deixarem de ser profundas. Assim, os sujeitos enunciadorees vestibulandos travaram um diálogo com uma proposta de redação, ativando intertextos e interdiscursos dos mais diversos sobre assuntos como raça, desigualdade, problemas sociais, problemas educacionais, exclusão... e justamente, ao tratar desses assuntos afluaram formações discursivas que denunciam filiações a formações ideológicas através das modalidades de inclusão e exclusão observadas pela alternância entre 1ps, 1pp e 3pnp e, principalmente, pelo registro em 1pp e seus efeitos de sentido. Fecho o parêntese.

Ideologia e discurso

O texto é sempre um produto num dado momento histórico, e como tal, deve estar ligado às suas condições de produção. Assim, a ideologia e o discurso, como elementos da História, operam na significação, dando sentido(s) ao texto. É mister, então, compreender esses conceitos como fundadores da prática dialógica através do texto.

Muitas vezes, a *ideologia* é revestida de significados controversos, tanto no senso comum, quanto no meio acadêmico, envolvendo uma rede de conceitos estereotipados através de vieses partidários, políticos, científico-

metodológicos etc... Ela é, muitas vezes compreendida, entre as múltiplas formas pelas quais os cientistas a vêem, em diferentes momentos históricos, ora como pensamento dominante, ora como conjunto de idéias, ora como consciência de classe; ou ainda tomada como prática diária que embriaga e constitui o sujeito tal como ele é. Adotarei, para a reflexão neste texto, este último conceito proposto por Althusser (1970). Para esse filósofo, a ideologia constitui uma prática social, não mais com um viés prescritivo como quisera Marx, mas como um mecanismo que existe em termos gerais e que deve ser descrito em sua universalidade. Althusser formula uma teoria da ideologia coerente, compreendendo-a como processo de formação do sujeito. “Para Althusser, (...) é apenas a ideologia que empresta ao sujeito humano a coerência ilusória, provisória, suficiente para que se torne um agente social prático”. (EAGLETON, 1997, p. 128) e a esse processo, dá o nome de *interpelação* (ALTHUSSER, 1970), ou seja, o indivíduo é convocado durante toda a vida para que tome lugar na existência, através da subjetivação. É por meio desse processo que o “sempre-já sujeito” é constituído como sujeito, por isso é que o homem é um “animal ideológico” (PÊCHEUX, 1996), pois é possível diferenciar o ser humano dos demais animais pela sua propriedade de poder criar um campo simbólico que lhe dá a ilusão de essência em si.

A operação da ideologia, nos moldes de Althusser, funciona como um mecanismo que trabalha no inconsciente, pois uma das propriedades da ideologia é esconder a sua própria existência; daí advém o equívoco ao qual o sujeito naturalmente se filia, a ilusão de essência:

O que é reconhecido erroneamente na ideologia não é primeiramente o mundo, já que a ideologia para Althusser não é absolutamente uma questão de deixar de conhecer a realidade. A interpretação errônea em questão é essencialmente um auto-reconhecimento errôneo, que, na verdade, é um efeito da dimensão “imaginária” da existência humana. (EAGLETON, 1997, p. 130)

Se existe um mecanismo geral da ideologia, ou seja, um universal, todas sociedades possuem formas essencialmente semelhantes de convocar os indivíduos a assumirem papéis de sujeitos, mas como as sociedades se diferem, existem formas singulares para cada uma delas compor suas maneiras particulares de cooptar os indivíduos. No caso da sociedade ocidental, existem várias formações ideológicas (cristã, evangélica, liberal, esquerdista, racista, pluralista, cientificista...) que cooptam os sujeitos marcando, assim, suas formações discursivas. Ademais, um sujeito não se filia apenas a uma formação ideológica, mas a múltiplas, sempre na dependência do papel social que ocupa e da posição social da qual enuncia, como, por exemplo, o estudante que assume o discurso do diretor da escola.

Baseando-se nessa perspectiva de posições ocupadas pelos sujeitos, é que os interlocutores interagem. Pêcheux (1993), apresentou em sua obra *Análise Automática do Discurso* (1969), o célebre modelo que transpõe o

empirismo do mecanismo comunicacional e que está sempre na base dos estudos em Análise do Discurso. Tal modelo faz profundas mudanças naquele proposto por Jakobson. Na nova proposta, emissor e receptor não são mais seres ontológicos e peças no processo. Pêcheux tomou “emissor” e “receptor” como *lugares sociais imaginários* (no sentido em que quando o ser-função – sujeito – passa a tomar qualquer lugar social, também assume uma certa imagem que condicionará seu discurso).

Não se considera a posição física do sujeito, mas a sua posição imaginária dentro do tecido social, no que diz respeito à posição dos protagonistas do discurso. Isso explica como, na superfície textual, o sujeito-enunciador irá se apresentar como 1ps, 1pp, ou 3pnp, ou seja, depende da sua relação para com o seu interlocutor e para com o objeto de seu discurso.

Ademais, como se tratam de formações discursivas e de pressões das formações ideológicas, os sujeitos acabam por produzir em determinados momentos de emergência textos que alternam 1ps, 1pp e 3pnp, o que faz surgirem descontinuidades enunciativas. Essas mudanças da referência não são gratuitas, muito menos intencionais (pelo menos, creio, para maioria absoluta dos casos), são, isso sim, resultados de forças inconscientes, ou seja, da ideologia e das formações ideológicas. Sem as forças da ideologia e, conseqüentemente das formações ideológicas, que são o “conjunto complexo de atitudes e representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras” (FERREIRA, 2001, p. 16), não haveria discurso. Aqui é preciso conceituar discurso.

O discurso é o “objeto teórico da AD (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua).” (idem, p. 14), mas o que é esse objeto: “(...)é efeito de sentido entre interlocutores” (ORLANDI, 2003, p. 21), o que quer dizer que a AD vai, através das materialidades lingüísticas, compreender como os sentidos são construídos. No entanto, o discurso é regulado por *formações discursivas* (FDs), que são conjuntos, conforme Foucault (2002), de regularidades daquilo que em um dado momento é permitido ser dito ou é devido ser dito por um sujeito colocado em uma certa posição. Esses conceitos serão básicos para se compreender como as alternâncias se constroem e como elas deslizam criando efeitos de sentidos e filiações de seus enunciadores.

A expressão da identidade: processos de exclusão

Sobre o eixo da identidade, pretendo compreender como os sujeitos das redações expressam sua identidade, tomando para si os lugares de enunciadores baseando-se nas relações entre 1ps, 1pp e 3pnp. Em se tratando de um tema que aborda o preconceito racial, vejo que será intensamente produtivo.

O branco, o negro, o brasileiro, o estrangeiro são identificações de grupos que podem ser também identidades de grupos. “Essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos

quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 8). Daí o papel da AD em compreender como esses jogos simbólicos podem representar as identidades do sujeito, do grupo ou mesmo as outras identidades que o sujeito “descreve” como o “outro”, uma vez que, basicamente, a identidade é formada pela oposição binária, por exemplo: negro X branco, católico X evangélico; binômio em que sempre encontraremos o “nós” se opondo ao “eles”. É claro que, nesse processo, não estou me valendo de uma oposição em termos de “antagonismo”, embora, em determinadas situações, os sujeitos possam ser antagonônicos nos jogos sociais.

Nesse aspecto, é possível identificar nas redações dos vestibulandos se ao tratar os grupos raciais ou sociais, sejam eles, o negro, o branco, o pardo – lembrando-se, é claro, de que o negro normalmente é marginalizado socialmente pela posição econômica – e que o uso das pessoas enunciadoras denunciam uma inclusão ou exclusão de grupos. Nas palavras de Woodward (2000, p. 39): “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferenças. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*”. Enquanto sistema simbólico, a língua irá demonstrar através de suas marcas de 1ps, 1pp e 3pnp, como os sujeitos do enunciado se posicionam em relação ao “outro”.

Análise

De posse de pressupostos teóricos como esses, procedi à análise dos textos selecionados aleatoriamente. O universo total de textos que optaram pelo tema proposto número I (Anexo I), conforme descrito no item 3.1, foi de 203, destes, 10 serviram para a análise que apresentarei.

Da segmentação do texto e seus diagramas ilustrativos

A primeira questão que se pôs diante deste trabalho foi a seguinte: tratando-se de uma unidade de enunciado (texto) que se compõe de diferentes vozes e da não uniformidade da referência ao enunciador, como eu poderia segmentar as partes para compreender em que contexto surgiam 1ps, 1pp e 3pnp?

Inicialmente, a divisão em parágrafo não serviria como parâmetro por dois motivos: a) não há uma coincidência entre a unidade parágrafo e a referência ao sujeito-enunciador, logo o escopo da referência pode ultrapassar parágrafos ou em um mesmo parágrafo ter mais de uma alternância; e b) os textos selecionados, às vezes, são compostos apenas de um parágrafo.

Assim, decidi segmentar os textos conforme o escopo delimitado pelas formas verbais das pessoas e pelos pronomes (todos) conforme as pessoas, ou no caso específico da 3pnp, quando se referencia diferentemente com o próprio léxico sem marca, por exemplo: “[eles]² os negros” em oposição a “nós, os negros”

² Este é suscetível de aparecer ou não.

Para compreender melhor os movimentos produzidos pela alternância, utilizei um diagrama que tenta ilustrar como elas ocorrem, facilmente visualizável, conforme o exemplo:

Titulo do texto: Questão de vestibular: “Qual é a sua cor?” (anexo 2)³

	1ps	1pp	3pnp	Segmento
1	□	○	▲	Sem dúvida (...) polêmica.
2	□	●	△	De um lado (...) desigualdade.
3	□	○	▲	Será que (...) da cor?
4	□	●	△	Devemos (...) cotas?
5	■	○	△	Acredito (...) branco”.

(Diagrama 1: modelo de análise)

A partir desse diagrama, tentei observar que tipo de movimento era recorrente e como cada um dos segmentos se inscrevia em diferente FDs:

(Diagrama 2: forma mais recorrente de movimento)

	1ps	1pp	3pnp
1	□	○	▲
2	□	●	△
3	□	○	▲

Cinco textos apresentaram este tipo de movimento, incluindo também em dois deles o último movimento para a 1ps como foi o caso do exemplo do diagrama 1.

Os outros três textos mantiveram-se sem apresentar alternância, sendo que um permaneceu totalmente em 1pp e outros dois em 3pnp.

	1ps	1pp	3pnp
1	□	●	△
2	□	○	▲
3	□	●	△

Já este tipo de diagrama representa o movimento inverso, sendo dois casos apenas e sem movimento para 1ps.

(Diagrama 3: inversão da forma mais recorrente)

³ Na transcrição desse texto e nos demais exemplos, mantive a mesma pontuação dos textos originais.

O que têm a dizer esses movimentos?

Acredito que seja oportuno, antes de procurar compreender os movimentos, observar essencialmente o que são os registros de 1ps, 1pp e 3pnp.

Apesar de as críticas da AD serem muito constantes sobre a perspectiva enunciativa abordada por Benveniste, me parecem muito importantes observações desse quanto à questão da subjetividade, aliás, um ponto de equívoco. A sua leitura mais apropriada permite compreender que a abordagem empreendida não é mais que uma questão estrutural das posições enunciativas: É o que fica claro quando Possenti questiona em “O que significa ‘o sentido depende da enunciação?’”: “(...) para Benveniste, o sentido releva da língua. O que releva da enunciação é a referência, e o problema quanto a ele é mais o suposto consenso do que qualquer outro.” (POSSENTI, 2001, p. 194). Por isso, a leitura que farei sobre Benveniste não é de alguém que qualifica sua obra como “inocente”.

Eu designa aquele que fala e implica, ao mesmo tempo, um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado do “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu” essa forma é assim excetuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (BENVENISTE, 1995, p. 250)

Não acredito que Benveniste estivesse interessado em um sujeito dono do sentido, acredito que estivesse mais preocupado com o circuito comunicativo no que diz respeito a uma espécie de alteridade estrutural (pensando em sucessão e alternância dos interlocutores, e das suas posições empíricas). Dessa situação, não há como escapar de um sujeito-enunciador que, ao assumir “eu”, fale de si mesmo, mesmo que esse “eu” seja um indivíduo com a ilusão de integridade e uniformidade: afinal, sempre haverá alguém a empunhar a caneta e esse alguém é um ser empírico constituído de várias outras vozes, ainda é alguém...

Nesse sentido, das duas vezes em que os sujeitos enunciadores dos textos analisados se referenciaram através de 1ps, foi para firmar uma opinião, para assumir responsabilidade sobre o seu dizer:

(...) Analisado os contras e os que estão a favor da possível resolução desse problema, o que *posso* opinar é que não é facilitando as coisas que vamos conseguir mudar o problema dos negros e nem outro tipo de preconceito existente em nossa sociedade e sim procurando dar a todos os direitos de lutar com igualdade e justiça para que assim todos nós

independente de nossa raça possamos vencer a assim sermos igualmente reconhecidos e felizes perante toda a sociedade (grifo meu). (Texto 6)

É interessante observar que, neste fragmento, o enunciador assume a 1ps para opinar; no entanto ele se distancia do problema quando mobiliza 1pp “vamos conseguir mudar”, evocando um outro coletivo e tributa o problema ao “ele” ou a 3pnp: “resolver o problema dos negros”. Ou seja, o trajeto, mesmo dentro de um segmento, demonstra que existem outros sub trajetos 1ps (1pp (3pnp)), mas ainda é um enunciador se assumindo como “eu” primeiramente. No texto 10, há um processo semelhante:

Acredito que a criação de cotas para universidades não seja a solução, mas sim uma possibilidade de preparação no Ensino Médio igual para todos. Acho que em termos de educação, o investimento deveria ser no “antes” de uma universidade para que não haja restrições de quantos podem estudar, para que então todos possam disputar, igualmente as vagas oferecidas, sem ter que responder “preto ou branco”.

Novamente é a força da opinião sobre o problema que parece caracterizar a emergência do “eu”, como se nas outras formas de pessoa não fosse possível opinar, ou pelo menos, haveria um menor comprometimento.

Observando a 1pp, chego às mesmas conclusões de Benveniste, primeiramente de que os pronomes não podem ser agrupados em um conjunto de léxicos que sofram o mesmo processo banal de pluralização, como demonstram os exemplos: eu X nós, tu X vós, em que não há o simples acréscimo do morfema do plural; em segundo lugar:

Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. (BENVENISTE, 1995, p. 256)

Portanto, esse “não-eu” um “tu”, um “vós” e um “ele(s)”, de modo que o “nós” se desdobra em “nós” = eu (majestático); b) eu+tu; ou c) eu+vós; ou d) eu+ele; ou e) eu+eles . Trata-se é claro, como disse anteriormente um funcionamento estruturalizado para compreender que esse suposto “eu + X” pode ter um escopo muito amplo desencadeando sentidos de in(ex)clusão de grupos sociais.

Sobre o status da 1pp, no pequeno corpus analisado, foram encontrados 5 tipos de “nós” que podem ser descritos da seguinte maneira:

a) nós = eu+eles(todos): “(...) somos todos filhos de Deus, obedecemos à mesma regra (...)” (texto 1)

b) nós = eu+eles(sociedade): “(...) Temos vários exemplos de pessoas humildes de condição social baixa que venceram através do seu esforço. O que falta na nossa sociedade são mudanças (...)” (texto 2)

c) nós = eu+eles(brancos): “(...) mas nós esquecemos de um provo [negro] que também tem vontade de trabalhar, estudar e outras coisas (...)” (texto 3)

d) nós = eu+eles(brasileiros): “Exemplo de esforço feito em favor dos negros nas universidades, o que supostamente ajudaria a diminuir o problema da exclusão educacional existe hoje em nosso país (...)” (texto 6)

e) nós = eu+eles(todos com exceção dos negros): “(...) como todos nós sabemos eles trabalham, estudam, mas há muito preconceito, pois se vai fazer uma entrevista de trabalho um branco e um negro a preferência vai para o branco e não deveria ser assim (...)” (texto 9)

A princípio, o que poderia parecer uma forma de incluir outros, uma forma de compartilhar (a possibilidade de um “eu” estar falando da posição de uma coletividade), tornou o discurso mais excludente. Basicamente, os negros foram excluídos de 1pp, com exceção do grupo “a”.

Em sua maioria, as ocorrências de 1pp marcaram uma formação discursiva em que o “nós” representante de uma das coletividades (“brasileiros”, “sociedade” e “brancos”) devia resgatar os negros e trazê-los para o *status quo* de uma dessas formações, ou seja, o negro estava sempre à margem daquilo que se julgasse bom ou incluído para os sujeitos enunciadorees desses discursos. O que mais me chamou a atenção foi que, em nenhum dos exemplos citados, os negros fizeram parte de 1pp o que evidencia uma certa formação discursiva em que as identidades estão marcadamente produzidas no circuito “nós X eles” como propõe Woodward (2000), desdobrando em termos de enunciação da seguinte maneira: “nós (eu+eles1) X eles2”, em que “eles1” são todos, menos os negros e “eles2” são os negros.

Tomando como exemplo o texto do anexo 2 – texto 10 do *corpus* – (*Questão de vestibular: “Qual é sua cor?”*)⁴, do qual o diagrama representa um modelo de movimento de alternância, é possível tentar compreender quando as alternâncias ocorrem e, quiçá, porque ocorrem. Observemos a segmentação e análise:

1. Sem dúvida a idéia de criação de cotas para o ingresso de negros em universidades é um tanto polêmica.

A primeira frase serviu como um chamamento ao texto, exemplo cuja estrutura é bastante simples e evoca a idéia da polêmica causada pelo tema

⁴ O título da redação é bastante sugestivo, mas não faremos sua análise.

das cotas, sem ainda problematizar ou expressar uma posição favorável ou contrária à política de quotas. A despeito daquilo que os professores de redação ensinam, essa 3pnp evoca, sim, uma opinião, pois a própria observação da polêmica é um posicionamento. Outros exemplos:

- a) Presente tais opiniões, o negro tem uma grande desvantagem no Brasil; pois ainda existem muitas pessoas racista. (texto 1)
- b) No Brasil o índice de racismo assusta o negro se sente preso no seu próprio mundo tendo que lutar contra as dificuldades e preconceito pelos seus direitos. (texto 2)
- c) Hoje em dia a discriminação social no Brasil é muito grande. Apesar de tantos esforços feitos em favor da causa negra, ainda existe muito preconceito. (texto 6)

É muito marcante um determinado distanciamento do enunciador, porém, em todas as ocorrências de 3pnp, é como se o enunciador, com o olhar crítico e fora de FDs preconceituosas, observasse o mundo e falasse sobre “ele1” (sociedade, brancos...) e “eles2” (negros). Mais um dado, este surpreendente: foi no registro dessa 3pnp que se demonstrou que o enunciado, nessa modalidade, procura fugir do preconceito.

- 2. De um lado, vemos talvez, a única solução para uma menor desigualdade nas universidades e maior oportunidade para os negros, mas por outro, contribuimos para que o racismo não acabe e quem sabe com essa atitude, não estaríamos aumentando a desigualdade.

Aqui, surge a 1pp “sociedade”. Em todas suas ocorrências, demonstrou um eu+eles(sociedade) muito indefinido, pois é nessa instância difusa de representação de “conjunto” amorfo que saem as decisões ou as soluções para os “problemas do negros”, em que reside a decisão sobre haver ou não cotas. Ainda permanece a prerrogativa de um conjunto social que decide pelo outro que está sob a sua tutela, porque a “oportunidade” da qual fala o enunciado não é uma oportunidade da sociedade inclusiva, mas trata-se de uma “oportunidade” a ser dada aos negros, por parte de uma sociedade baseada em um princípio paternalista, no qual o tido como mais fraco precisa ser ajudado.

- 3. Será que sua aprovação dependeria da cor?

A princípio, este enunciado parece constituir uma ambigüidade em relação ao pronome possessivo “sua”. A primeira interpretação menos plausível, mas ainda possível, seria que o enunciador se dirigisse a um enunciatário virtual como interlocutor. A segunda interpretação seria a de que “sua” se referisse à 3pnp, a mais plausível e aceitável. O que quero ressaltar é que se trata de um enunciado diferente em sua composição formal, mas que se inscreve em uma FD que se posiciona em questionar a política de cotas, assim, não

necessariamente, uma inscrição do tipo percebida no primeiro segmento desse texto. Também não menos “neutra” que aquela.

4. Devemos também levar em consideração o fato de que uma porcentagem destinada a negros pode talvez acabar gerando mais restrições à sua entrada sabendo que nossa população não tem só 20% de negros, como ficaria se mais candidatos negros fossem aprovados com melhores resultados que candidatos brancos, será que eles poderiam ocupar os seus lugares ou teriam que disputar somente os seus 20% de cotas?

Novamente é a posição da “sociedade”, daquela que analisa a situação dos outros para dar a sua solução, como se a voz do negro, ou da identidade negra não se fizesse ouvida. E, finalmente:

5. Acredito que a criação de cotas para universidades não seja a solução, mas sim uma possibilidade de preparação no Ensino Médio igual para todos. Acho que em termos de educação, o investimento deveria ser no “antes” de uma universidade para que não haja restrições de quantos podem estudar, para que então todos possam disputar, igualmente as vagas oferecidas, sem ter que responder “preto ou branco”.

A 1ps, em apenas duas aparições, neste pequeno *corpus*, surgiu como uma modalização da opinião do sujeito-enunciador, como em outro exemplo:

Analisado os contras e os que estão a favor da possível resolução desse problema, o que posso opinar é que não é facilitando as coisas que vamos conseguir mudar o problema dos negros e nem outro tipo de preconceito existente em nossa sociedade (...). (texto 6)

É claro que, neste exemplo, surgem outras pessoas ordenadas pela 1ps e podem ser esquematizadas na seguinte fórmula: 1ps (1pp (3pnp)) que gerou: “*o que posso (1ps) opinar é que não é facilitando as coisas que vamos (1pp – sociedade) conseguir mudar o problema dos negros (3pnp – negros).*” Ou seja, o “eu” opina e o “nós” divide as responsabilidades sobre o problema que é do “eles”: negros.

Se há um esquema recorrente de alternância entre as referências à posição do sujeito-enunciador, qual seria, então, o estatuto que rege tal fenômeno, e haveria algum princípio de relação entre alternância e FDs? No diagrama abaixo, faço uma tentativa de desenvolver essa interpretação:

	1ps	1pp	3pnp	Formação Discursiva	Posição de sujeito
1	□	○	▲	Polêmica (observa a sociedade e observa a polêmica).	Fala do espaço do “observatório”.
2	□	●	△	Sociedade branca (que tenta resolver o “problema do negro” embora a polêmica esteja dentro da própria solução que essa sociedade quer propor).	Fala do espaço do membro da sociedade branca.
3	□	○	▲	Idem ao segmento 1	Idem ao segmento 1
4	□	●	△	Idem ao segmento 2	Idem ao segmento 2
5	■	○	△	Sociedade igualitária – conciliatória (propõe que todos independentemente de raça tenham as mesmas oportunidades).	Fala de um espaço alternativo ao da polêmica.

Neste caso, “alternar” representou se inscrever em determinadas FDs, como é o caso que se repete nos segmentos 3 e 4, o que me leva a crer que a alternância é uma pista para identificar em que FD o enunciado se inscreve.

Conclusão

Ao observar que os movimentos desenvolvidos nos 10 textos analisados, em que 7 apresentam algum tipo de alternância e outros 3 não, posso afirmar, com uma certa margem de segurança, que se trata realmente de um fenômeno que demonstra como o sujeito é frágil, e que sua constituição monolítica é realmente fruto do efeito de ilusão do sujeito proposto pela AD. Nos exemplos analisados, não se pode propor simplesmente um sujeito estrategista que produza esse tipo de alternância para causar os efeitos de sentidos que observei. Primeiramente, o sujeito estrategista se proporia à uniformidade, haja vista que se trata das orientações recebidas nos bancos das escolas. Não se trata de incompetência na escrita do texto formal, pois, mesmo nos textos em que se apresentam melhor posicionamento, há esse tipo de alternância.

Trata-se de um sujeito fragmentado, diluído espremido pelas FDs que o suplantam, pelas Formações Ideológicas (FIs) que o convocam. Alternar é, consideradas as condições de produção, inscrever os enunciados em determinadas FDs e, fazendo como tal, excluir o outro, ou incluí-lo, no discurso. Nos casos analisados, surpreendi-me com a seguinte constatação: a 1pp é a referência mais excludente de todas! Isso porque é através dela que os enunciados criaram conjuntos dos quais os negros não participavam, como atestam os dados. Por outro lado, se pelo menos a 3pnp não se filia às FDs excludentes, ela também não toma partido da inclusão: quem o faz é a 1ps, nos poucos casos analisados.

Emergiram, através de 3^{pp} e mesmo 1^{pp}, FDs que propunham a inclusão, mas sempre do ponto de vista dos negros fora do conjunto “brasileiros” e do conjunto “sociedade”. Em momento algum apareceu alguma FD que tomasse o problema a partir da exclusão de determinados membros da sociedade total, ou do conjunto de benefícios que essa sociedade pode oferecer, o que me leva a crer que a sociedade em si já é vista como o benefício. Educação, moradia, lazer, bem-estar, em todas as FDs já são elementos metonimicamente compositores do ente sociedade, não fazendo parte da sociedade as multiplicidades étnicas e culturais, bem como as misérias; o discurso acaba se comportando da seguinte maneira: *a sociedade é um ente perfeito, quem está fora dela é um ser que precisa de um resgate, e por tanto deve ser trazido ao status dos membros já inclusos.*

Há muito mais a ser observado. Trata-se de um desafio ainda a ser enfrentado nesta pesquisa: a compreensão mais aprofundada de como 1^{pp} pode ser desmembrada em suas várias formas de referência e vários efeitos de sentido. Trata-se de uma relação de alternância dentro da própria pessoa plural, por ser plural. Esse assunto, porém, será abordado em uma outra oportunidade.

CONDE, D. C. “I”, “WE”, “THEY”: AN IN(EX)CLUSION TRIANGLE

ABSTRACT: *It is proper to enunciator-subject, inside a same text (written or oral), alternate its auto-reference through marks of first person of singular and first person of plural, or even “hides” itself in the third person. Normally, this kind of practice seems to be an absence of formal language domain in written texts, which presupposes a uniformity of such type of reference. In this research, such practice does not translate itself as inability, but in an enunciative praxis proper to a fragmented subject, that is to say, it is proper to subject inscribe itself in enunciative discontinuities. This kind of practice is found in any textual typology; therefore, it will be examined texts which have been produced in situation of university entering examination, exemplifying, in a detailed way, such phenomenon.*

Keywords: discourse; enunciator-subject; enunciative discontinuity; exclusion.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** Lisboa: Presença, 1970.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucite, 1979.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes: 1997.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak & Maria Luiza Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

EAGLETON, T. **Ideologia – uma introdução**. São Paulo: Boitempo e UNESP, 1997.

FERREIRA, M. C. L. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2001.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Porto: Vega, 1992.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Trad. Laura T. de A. Sampaio, 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz F. B. Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2002.

GREGOLIN, M. R. Olhares oblíquos sobre o sentido no discurso. In _____; BARONAS, R. (orgs). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz: 2001, p. 2 – 16.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

JAKOBSON, R.. **Lingüística e comunicação**. Trad. I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1998.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. (org.) **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

_____. *et al.* O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

POSSENTI, S. O que significa “o sentido depende da enunciação”? In: BRAITH, B. **Estudos enunciativos no Brasil**. Campinas: Pontes/FAPESP, 2001, p. 187-199.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7 – 72.

Anexo 1

ANTES DE OPTAR PELO TEMA I, LEIA O TEXTO DA PÁGINA 5.

BOCA NO TROMBONE

Presentes no Fórum Internacional de Liberdade, Educação e Direitos Civis, artistas e representantes da comunidade negra falaram com Ensino Superior.

“A questão das cotas é um tanto delicada, complicada e complexa: ora considero uma boa solução, ora tenho dúvidas. De qualquer forma, me sinto otimista com a posição do negro no Brasil. A taxa de pessoas que se consideram negras aumentou: o País está aceitando mais sua cor”, afirma Paula Lima, a diva do soul brasileiro. “Mas esse movimento é essencial até para os negros perceberem que não precisam se prender à beleza, à música e ao futebol”, diz. O rapper Rapinn Hood, também presente ao Fórum, concorda com



“O tema é complexo, mas estou otimista”, diz Paula Lima

ela: “Daqui a alguns anos, a sociedade brasileira terá 60% de negros. O mínimo de 20% de cotas deve ultrapassar 50%. Nossos antepassados nada conseguiram, mas está na hora de mudar. Apenas acho que deve se espalhar por todos os níveis, do maternal ao mercado de trabalho”, diz Hood.



“Há anos ouço essa conversa. O que vejo é uma quantidade maior de negros indo para as cadeias, praticando crimes, se envolvendo com drogas, sem qualquer perspectiva na vida”, contrapôs o rapper Xis. “São tantas crianças negras de até sete anos de idade nos faróis, pedindo para limpar vidros. E elas nasceram no governo Fernando Henrique”, diz. “Antes de pensar na universidade, é preciso dar estrutura a essas famílias”, acredita ele.

O rapper Xis não acredita na eficiência da medida.

Revista Ensino Superior, junho/2002

Refletindo sobre as idéias contidas no Texto I, pág. 5, e no quadro acima, redija uma DISSERTAÇÃO, defendendo uma posição quanto ao seguinte tema:

“A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS, NAS UNIVERSIDADE, AJUDARIA RESOLVER O PROBLEMAS DA EXCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASI?”

TEXTO I (da página 5)

O CHOQUE DA COR



Ana Laura Diniz

A criação de cotas para o ingresso de negros na universidade gera polêmica, suscita pesquisas e divide opiniões

Tem sido grande a resistência à aceitação do projeto que cria cotas para afrodescendentes no acesso a universidades, empregos públicos e contratos do financiamento estudantil. A decisão tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado garantia inicialmente cota de 20% das vagas das universidades públicas e dos contratos de financiamento estudantil a negros ou pardos, mas esse número já chegou a 40%. De acordo com a lei, a identificação da parcela que terá direito ao benefício se dá por autoclassificação do candidato ao curso ou cargo preferido. Assim, a antiga pergunta sobre cor dos vestibulandos e funcionários - que havia sido excluída dos questionários de admissão dos exames e testes profissionais há anos, por ser considerada de tom racista - volta à ativa.

Numa pesquisa realizada pelo Programa de Políticas da Cor, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2001, somente 24% de 2.328 alunos se reconheceram como negros ou pardos. Com isso, as discussões se intensificam e geram duas vertentes: essa política ajuda a reparar uma dívida ou acirra o preconceito na sociedade brasileira?

Numa rápida análise, a proposta do governo de adotar cotas, por meio de lei ordinária, poderia contrariar o artigo 5º da Constituição, segundo o qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Há consenso entre os juristas quanto à inexistência de diferença na medida. O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ex-consultor jurídico do Ministério da Justiça, Roberto Pfeiffer, explica que, ao estabelecer reserva de mercado para os negros, se desencadeia um processo de igualdade material. “A igualdade está em tratar desigualmente os desiguais. Assim, a legislação ordinária pode favorecer os que se encontram em situações desfavoráveis, como é o caso dos negros”, afirma. A medida também obedece a outros artigos, como o 3º, da Carta de 1988: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros: (...) reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Nos encontros promovidos por associações, órgãos do governo federal

e prefeituras, nota-se intensa vontade de questionar o sistema de cotas, seja para aderir ou para rechaçar. “Sou completamente contrário a todo e qualquer tipo de cota: não importa se para negros, carentes ou minorias”, diz Carlos Roberto Santos, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). “Não temos quaisquer projetos, propostas ou expectativas para garantir essa cota”, dispara. Para o coordenador do grupo de estudos afro-brasileiros da UFPR, Nizan Pereira Almeida, o ensino médio precisa ser reformulado. “Do contrário, a medida de cotas não valerá, porque os negros entrarão na universidade para repetir os modelos já conhecidos e perpetuarão a idéia do Brasil como um País de brancos”, afirma.

A professora Yvonne Maggie, diretora da Editora da UFRJ e autora do livro *Raça como Retórica*, também faz suas ressalvas. “Fala-se em pagar uma dívida herdada há anos, mas é difícil quitar essa conta de ônus incalculável. A verdade é que não sabemos qual será o resultado disso tudo. Corre-se o risco de exaltar a desigualdade no lugar da igualdade”, acredita. “Além do mais, pela primeira vez o Brasil estabelece uma política de segregação, na qual há clara divisão entre negros, pardos e brancos. A minha preocupação refere-se à marca que esse sistema oferecerá aos estudantes negros”, diz.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, contesta: “O sistema de cotas pode até não fornecer a total solução, mas é a maneira que temos de atacar o problema no Brasil. Creio que, sem a imposição de leis, torna-se impossível chegar a uma solução espontânea. A população negra brasileira já esperou durante muito tempo por políticas públicas que a levem em consideração”, disse à *Ensino Superior*.

(Revista Ensino Superior, nº 45, junho de 2002)

Anexo 2

Questão de vestibular: “Qual é sua cor?”

[Sem dúvida a idéia de criação de cotas para o ingresso de negros em universidades é um tanto polêmica.] [De um lado, vemos talvez, a única solução para uma menor desigualdade nas universidades e maior oportunidade para os negros, mas por outro, contribuimos para que o racismo não acabe e quem sabe com essa atitude, não estaríamos aumentando a desigualdade.]

[Será que sua aprovação dependeria da cor?] [Devemos também levar em consideração o fato de que uma percentagem destinada a negros pode talvez acabar gerando mais restrições à sua entrada sabendo que nossa população não tem só 20% de negros, como ficaria se mais candidatos negros fossem aprovados com melhores resultados que candidatos brancos, será que eles poderiam ocupar os seus lugares ou teriam que disputar somente os seus 20% de cotas?]

[Acredito que a criação de cotas para universidades não seja a solução, mas sim uma possibilidade de preparação no Ensino Médio igual para todos. Acho que em termos de educação, o investimento deveria ser no “antes” de uma universidade para que não haja restrições de quantos podem estudar, para que então todos possam disputar, igualmente as vagas oferecidas, sem ter que responder “preto ou branco”.]